



APRESENTAÇÃO

v. 3, n.1 set./ mar. 2017

Chegamos ao terceiro ano de publicação da revista P2P&Inovação com grande alegria. Estamos sinceramente empenhados na produção de uma revista eletrônica de acesso aberto de qualidade focada em um tema inovador e emergente, relevante e pertinente não apenas para a Ciência da Informação, mas para a área de humanidades e para a sociedade brasileira. Acreditamos estar cumprindo nossa missão.

A Revista P2P & INOVAÇÃO é uma publicação semestral, vinculada ao Grupo de Pesquisa de Economias Colaborativas e Produção P2P no Brasil do Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia – IBICT. Este periódico tem como missão oferecer um espaço de reflexão e debate sobre as mais diversas experiências de produção colaborativa entre pares, tendo em vista especialmente seu caráter de inovação nos âmbitos cultural, social e político.

A discussão das formas colaborativas de produção, em especial da produção entre pares – o P2P, e dos distintos metabolismos econômicos dentro do modo de produção capitalista são fundamentais nesta hora de crise profunda da globalização conservadora. É fundamental buscar as brechas para um outro mundo possível dentro desta realidade mesmo em que vivemos, fazendo não apenas a crítica dos limites do sistema e suas capilaridades.

Esta discussão adquire contornos específicos na realidade brasileira, em que as instituições construídas na Constituição Federal de 1988 mostraram ser frágeis para enfrentar conflitos complexos. Estamos vivendo a situação anômala no presidencialismo em que um governo federal legitimamente eleito por 54 milhões de brasileiros foi deposto sem causa por uma maioria no Congresso Nacional, sob o silêncio da Suprema Corte. Isto com o propósito claro de aplicar uma agenda neoconservadora agressiva.

Neste contexto a discussão crítica continua sendo necessária. A apresentação de proposições de produção colaborativa e de economia solidária faz parte agora da resistência democrática. Não aceitamos que tudo se reduza ao produtivismo e ao cálculo de rentabilidade econômica. Milhões de brasileiros saíram da miséria e esperam por oportunidades reais de integração social, que começam com o fim do analfabetismo entre adultos. Não basta citar Paulo Freire e esquecer o maior dos seus sonhos.



Gostaríamos de citar duas ações feitas pela revista para melhorar a qualidade do que oferecemos aos leitores. A primeira delas foi a nossa filiação a Associação Brasileira de Editores Científicos – ABEC, a através dela a agência Crossref. Deste modo podemos registrar todos os artigos com uma atribuição do Digital Object Identifier. Isto facilita para autores e leitores a identificação e individualização dos artigos de acordo com normas internacionalmente aceitas.

A outra ação extremamente relevante foi a ampliação do Comitê Editorial da revista, que passa a ser composto pelos seguintes membros: Aldo de Albuquerque Barreto, Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia ; Armando de Melo Lisboa, Universidade Federal de Santa Catarina; Fernando Suarez Muller, Universidade de Estudos Humanísticos de Utrech; Ivana Bentes Oliveira, Escola de Comunicação da Universidade Federal do Rio de Janeiro; Isa Maria Freire, Departamento de Ciência da Informação da Universidade Federal da Paraíba; Leilah Santiago Bufrem, Departamento de Ciência da Informação da Universidade Federal de Pernambuco; Marco Antônio de Almeida, Universidade de São Paulo de Ribeirão Preto; Maria Cristina Soares Guimaraes, Instituto de Comunicação e Informação Científica e Tecnológica em Saúde; Marta Lígia Pomim Valentim, Universidade Estadual Paulista; Michel Bauwens, P2P Foundation; e Rudolf Kaulingfreks, Universidade de Estudos Humanísticos de Utrech.

Os artigos de certo modo focalizam os temas centrais de interesse da revista, como uma publicação que internalizar na Ciência da Informação e nas ciências sociais uma agenda humanista emergente. Esta agenda quer deslocar a representação e o pensar das interações sociais da troca para a solidariedade e a dádiva, não como entes metafísicos, mas como materialidade. Isto traz implicações para o próprio conceito de informação, a ser oportunamente discutido. É o que esperamos.

Este número abre com o artigo “The place of the commons is the square”, de Ruud Kaulingfreks e Femke Kaulingfreks, da University of Humanistic Studies de Utrech. Ruud Kaulingfreks esteve como pesquisador visitante do Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia no primeiro semestre de 2015 e feu uma conferência sobre este tema. Naquela ocasião ele apresentou os contornos do tema dos espaços urbanos como espaços do comum.

Praças são um elemento distintivo de uma cidade. Eles formam o centro de gravidade de vida urbana e têm sido de suma importância para a interação social através de todas as culturas e em todos os séculos. A praça é o centro da atenção de cada aglomeração urbana. É o local onde as pessoas se reúnem e onde a comunalidade ocorre. Elas são o local para sentido, o espaço onde fazer sentido tem



lugar e onde o social é constituído. A democracia nasceu na praça e elas ainda são o lugar da política. Elas são, literalmente, um lugar.

Como um lugar de significado a praça é também um lugar de contestação entre os comuns e os poderes. Ele tem uma longa tradição de revoltas e ocupação. É o lugar onde as pessoas se levantam contra os poderosos. Claro que também tem uma longa história de repressão. Elas são o espaço da multidão. As tentativas de desenhar, organizar, planejar a praça fecham a multiplicidade até singularidades com funções específicas e negam a praça a sua significação. A praça é então o espaço geográfico para significados políticos e para os bens comuns.

O artigo seguinte é da Ivana Bentes, professora da Escola de Comunicação da Universidade Federal do Rio de Janeiro e co líder do Grupo de Pesquisa que edita esta revista. Ivana Bentes é uma intelectual sui generis, pois assume radicalmente a sua condição de ativista e sai dos muros da academia para além da crítica higiênica e enfia os pés no mangue. Seu trabalho como dirigente no Ministério da Cultura no governo Dilma Rousseff teve esta marca.

O artigo “Ocupar zonas autônomas temporárias e partilha do comum”, da Ivana Bentes, fala do protagonismo da cultura nas redes de ocupações culturais de resistência ao golpe parlamentar no Brasil de 2016. Ivana Bentes fala do papel privilegiado de quem estava dentro do governo no Planalto Central quando aconteceu o processo de impeachment que afastou Dilma Rousseff da presidência da República. Ao mesmo tempo, é uma interlocutora privilegiada dos ativistas que estão na linha de frente da resistência democrática.

Ivana Bentes destaca que no contexto de ataque jurídico e político ao campo cultural, que se inicia com a extinção do Ministério da Cultura, explode um ciclo de ocupações urbanas de disputa simbólica, no campo das linguagens e do imaginário. As ocupações são o embrião de um movimento político-cultural de novo tipo. A estética da nova política do Brasil que emerge dos governos de Lula e Dilma Rousseff aparece na cena cultural de forma contundente. A cultura de base comunitária dos Pontos de Cultura, a cultura digital e a cultura de redes, os grupos culturais exigem cada vez mais participação nas decisões e na gestão pública.

Michel Bauwens, da P2P Foundation, é um dos principais inspiradores da criação do Grupo de Pesquisa de Produção colaborativa e Economias solidárias no IBICT. Faz+ cinco anos desde que esteve no Brasil pela primeira vez como pesquisador visitante no IBICT e desde então tem sido um colaborador permanente e intensivo da difusão da produção em pares. Seu trabalho tem forte impacto fora da



academia e acreditamos que ele merece ser incorporado na agenda de estudos e pesquisas. A publicação de seus artigos é fundamental para que isto possa acontecer.

Neste número publicamos o artigo “The contemporary value crisis and the search for ‘value sovereignty”, escrito com a colaboração com o acadêmico e ativista grego Vasilis Niaros. Neste artigo os autores mais uma vez abordam o commons como um novo regime de valor, que ampliam a concepção de valor para além da mercadoria. Eles descrevem a crise de valores que os commons criam dentro do contexto capitalista, e como várias comunidades de produção colaborativa (peer) estão começando a desafiar o regime capitalista do valor através de tentativas de um ‘valor soberano’.

O artigo seguinte é do economista Armando de Melo Lisboa, professor da Universidade Federal de Santa Catarina e estudioso crítico das formas solidárias de produção e dos metabolismos plurais dentro da economia capitalista. O professor Armando Lisboa apresenta um artigo crítico sobre os limites das inovações sociais locais a partir da experiência de comércio justo em Oaxaca, no México.

A discussão sobre os limites das experiências locais dentro do modo de produção capitalista não são recentes. Elas remontam ao século XIX com a crítica das proposições de autogestão da produção e de constituição de comunas libertárias. No início do século XX elas se atualizam com as primeiras experiências de governos socialistas e as limitações do desenvolvimento das forças produtivas. Agora elas se voltam para as experiências capilares de base anticapitalista.

Armando Lisboa observa que não se pode desqualificar sua importância e tampouco ignorar os graves limites que perpassam o Comércio Justo e a Economia Solidária. O professor Lisboa entende que esta limitação decorre, entre outros fatores, do fato do experimento de Comércio Justo não poder ser generalizável, pelo menos em curto e médio prazo, ao conjunto das mercadorias atualmente demandadas na vida moderna. Presentemente ele é eficaz apenas em nichos postos nas frestas da globalização e que se viabilizam por capacidades organizativas e qualidades humanas que não são facilmente replicáveis.

Ana Maria Albuquerque Vasconcellos, Mario Vasconcellos Sobrinho e Ynis Cristine Ferreira, do Programa de Pós-graduação em Administração da Universidade da Amazônia, apresentam o artigo “Cogestão em reserva extrativista na Amazônia: inovação social para sustentabilidade? O caso da reserva extrativista Terra Grande do Pracauba, Estado do Pará”.

O artigo de Vasconcellos, Vasconcellos e Ferreira discute a relação entre cogestão e sustentabilidade em uma propriedade comunal na Amazônia. Debate como ocorre o processo de cogestão para a



sustentabilidade em uma Reserva Extrativista (RESEX). Indaga se a cogestão pode ser entendida como uma inovação social válida para a gestão de recursos comuns em áreas protegidas.

O estudo de caso do artigo elegeu a RESEX Terra Grande do Pracuúba – Comunidade São José do Abacatal Turé, uma propriedade de estrutura comunal. Esta RESEX localiza-se no município de Curalinho, no estado do Pará, Amazônia brasileira. O estudo mostra que a cogestão como estratégia efetiva de gestão sustentável de recursos comuns é limitada em seu escopo e resultados. Embora a cogestão possa ser entendida como uma inovação social, este conceito advém de relações históricas estabelecidas dentro das comunidades que não estão necessariamente presentes em RESEX.

Aline Elis Arboit é doutora em Ciência da Informação na UNESP e nos traz uma contribuição atualíssima dentro da área específica e relevante para todos os que interessam pelas questões da educação: “É possível uma organização e representação do conhecimento sem partidos?”.

A sua contribuição dá novas cores a uma discussão permanente sobre o lugar da ciência e do cientista em situações de conflito social aberto.

Arboit faz uma reflexão sobre a concepção social e histórica da consciência e do conhecimento, sobretudo aquele impresso nos documentos. Busca inspiração no atual debate ocorrido no contexto brasileiro em torno do movimento “Escolas sem partido”, que advoga uma “isenção ideológica” no processo de transmissão do conhecimento nas escolas. Este debate emerge como parte da onda neoconservadora dos que não aceitaram o segundo mandato de Dilma Rousseff como resultado das eleições para presidente da República em 2014.

Aline Arboit postula que o conhecimento registrado nos livros ou demais documentos não pode ser transmitido sem interpretação dos contextos históricos e sociais, nem tampouco organizado e representado isentando as diversas posturas envolvidas: do autor, do leitor e do próprio profissional responsável pela mediação do conhecimento. Mais do que partidária e não neutra, a autora defende uma organização representação do conhecimento democrática, pluripartidária e polifônica.

Claudiane Weber é doutoranda em Ciência da Informação na USP e nos traz uma importante contribuição sobre organização do conhecimento e comunicação científica digital. O seu artigo “Curadoria digital de dados científicos pelo viés de um periódico”. Analisa a produção sobre curadoria digital através de recorte realizado sobre o assunto no periódico International Journal of Digital Curation.

Weber faz uma análise de conteúdo dos resumos de 220 artigos, desde a criação do periódico em 2006 até dezembro de 2013. O foco da investigação foi voltado para busca de como é entendido e ao o que está relacionado o tema curadoria digital de dados científicos. Como resultado a autora identificou aproximadamente 360 autores e coautores. Os resumos apresentaram diferentes enfoques, como a curadoria de dados, o papel do curador científico, a preservação digital, a reutilização de dados científicos e a e-Science.

Rose Marie Santini, professora do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação do IBICT-UFRJ, Alda Rosana Duarte de Almeida, professora da Escola de Comunicação da Universidade Federal do Rio de Janeiro, e Camyla Terra, graduada na mesma Escola, apresentam um inovador artigo sobre o que denominam Feminismo 2.0: a mobilização das mulheres contra o assédio sexual através das mídias sociais.

Santini, Almeida e Terra destacam a singularidade do ano de 2015 para construção de uma nova narrativa dos movimentos feministas na mídia, especialmente no Brasil. Destaca-se a divulgação do “Mapa da Violência” de 2012 a 2015, que revela dados atuais e inéditos sobre a realidade do feminicídios. Por outro, iniciativas online questionam tabus femininos que há décadas são pouco debatidos publicamente no Brasil pelos cidadãos e cidadãs comuns.

Esta pesquisa investiga a mobilização das mulheres brasileiras nas redes sociais, onde o alcance das mensagens extrapola os domínios da vida social e cotidiana dos indivíduos diretamente envolvidos para infinitas redes de informação online. Foi realizado o estudo de caso da hashtag #primeiroassedio na rede social Twitter, relacionados à campanha online ocorrida no Brasil em 2015.

Os resultados indicam que a nova dinâmica dos movimentos sociais em redes online permite que um perfil com pouca ou nenhuma visibilidade midiática aparente crie uma campanha de ação política e obtenha grande repercussão entre os usuários destas redes. As autoras sustentam que fenômeno social pode apontar para possível atualização da teoria da espiral do silêncio, na medida em que considera o efeito mútuo dos meios de comunicação de massa e das mídias sociais na formação da opinião pública.

Esperamos que este número da revista P2P&Inovação ofereça boa leitura e proporcione bons argumentos para as discussões críticas das formas colaborativas de produção e das economias solidárias, incluindo os temas mais tradicionais da Ciência da Informação. Trata-se de um esforço para ir além da produção intelectual submissa e funcional e abrir espaço para as resistências e as insurgências no ensino e na pesquisa, tão necessárias para a construção de um outro mundo possível.



Este esforço é mais do que necessário nesta hora tão escura para a sociedade brasileira, em que intelectuais e cientistas da informação não têm o direito de se omitir da defesa da democracia e do Estado de direito. O que vemos hoje é não apenas a banalização do mal, mas a sua difusão pelas entranhas da sociedade. Só a discussão democrática pode fundamentar ações coletivas para fazer diferente, colocando a dignidade humana como valor inegociável e enfrentando os homenzinhos.